

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 57/XV/ 1.ª SL

Aos 14 dias do mês de junho de 2023, pelas 11:30 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 10 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 56, de 31 de maio de 2023;**
2. **Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 742/XV/1.ª \(BE\)](#) — Garante o pagamento por vale de postal do apoio extraordinário às famílias mais vulneráveis e a sua impenhorabilidade;
Relatora: Deputada Paula Reis (PS)**
4. **Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**
 - Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audição, com carácter de urgência, da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre «a precariedade e baixos salários das amas que asseguram o serviço de creche familiar nas IPSS»;
 - Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, para audição da Senhora Bastonária da Ordem dos Advogados, Dra. Fernanda de Almeida Pinheiro, sobre as alterações propostas ao estatuto das ordens profissionais;
 - Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, para audição da Senhora Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, Dra. Paula Franco, sobre as alterações propostas ao estatuto das ordens profissionais;
5. **Outros assuntos.**

Aberta a [reunião](#), a Senhora Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), Deputada Isabel Meirelles, cumprimentou as Senhoras e os Senhores Deputados, entrando-se de imediato na apreciação da Ordem de Trabalhos:

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 56, de 31 de maio de 2023;**

A ata em epígrafe foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares (GP) da IL e do PCP.

2. **Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**

O GP do PS indicou a Deputada Ana Isabel Santos como autora do parecer do Projeto de Lei n.º 790/XV/1.ª (PAN) - «Reconhece aos enfermeiros o estatuto de profissão de

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 57/XV/ 1.ª SL

desgaste rápido e o direito a reforma antecipada, alterando o Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, e o Código do IRS».

De seguida, a Senhora Presidente anunciou que não seria designado relator para as seguintes iniciativas, já que as mesmas ou seriam discutidas ainda nessa semana em sessão plenária, ou já haviam sido rejeitadas em reunião plenária anterior:

N.º (AUTOR)	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	Designação de Deputado Relator
PJL n.º 793/XV/1.ª (PCP)	Alargas as formas de pagamento do Apoio Extraordinário às Famílias mais vulneráveis, alterando o Decreto-lei n.º 21-A/2023, de 28 de março	31-05-2023	Sem designação de relator Discussão agendada para o plenário do dia 16-06-2023
PJL n.º 794/XV/1.ª (PAN)	Garante o pagamento a 100% do subsídio de doença nas situações de doença oncológica e do subsídio para assistência a filhos menores na doença oncológica, alterando o Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro	Redistribuído à CTSSI, em conexão à Comissão de Saúde, em 05-06-2023	Já discutido em plenário Rejeitado em 07-06-2023
PJL n.º 802/XV/1.ª (PAN)	Garante o acesso a apoios sociais a pessoas sem conta bancária à ordem, alterando o Decreto-Lei n.º 21-A/2023, de 28 de março	31-05-2023	Sem designação de relator Discussão agendada para o plenário do dia 16-06-2023
PJL n.º 816/XV/1.ª (PSD)	Altera o estatuto do cuidador informal - Primeira alteração à Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro, que aprova o Estatuto de Cuidador Informal, altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e a Lei n.º 13/2003, de 21 de maio	07-06-2023	Sem designação de relator Discussão agendada para o plenário do dia 15-06-2023
PJL n.º 817/XV/1.ª (PSD)	Criação de Comissão Especializada Permanente Interdisciplinar para as Pessoas Idosas do Conselho Económico Social e alteração das competências e composição da Rede Social	07-06-2023	Sem designação de relator Discussão agendada para o plenário do dia 15-06-2023

Por último, o GP do CH sinalizou que pretendia que o Projeto de Resolução n.º 746/XV/1.ª (CH) - «Recomenda ao governo que corrija os problemas detetados relativos à adesão das creches ao programa “Creche Feliz” e estipule um prazo máximo para pagamento das verbas devidas às creches aderentes a este programa» fosse discutido em Plenário.

**3. Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 742/XV/1.ª \(BE\)](#) — Garante o pagamento por vale de postal do apoio extraordinário às famílias mais vulneráveis e a sua impenhorabilidade;
Relatora: Deputada Paula Reis (PS)**

A Senhora Deputada relatora procedeu a uma apresentação sucinta do parecer, fazendo alusão ao objeto, motivação e conteúdo da iniciativa, ao enquadramento legal, à apreciação da conformidade dos requisitos formais, constitucionais e regimentais e do cumprimento da lei formulário e às iniciativas legislativas e petições pendentes sobre a matéria. Reservando a sua posição para a discussão do projeto de lei em Plenário, concluiu pelo cumprimento dos mencionados requisitos e pelo envio do documento a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 57/XV/ 1.ª SL

Depois de a Senhora Presidente, em seu nome e dos Grupos Parlamentares, ter agradecido o trabalho efetuado, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se ainda a ausência dos GP da IL e do PCP.

4. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:

Não se verificou nenhuma oposição ao pedido do GP do CH de inversão da ordem da discussão dos requerimentos, já que o Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) teria de se ausentar logo de seguida, para acompanhar os trabalhos que decorriam em outra Comissão. Assim sendo, procedeu-se nos seguintes termos:

- **Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, para audição da Senhora Bastonária da Ordem dos Advogados, Dra. Fernanda de Almeida Pinheiro, sobre as alterações propostas ao estatuto das ordens profissionais;**
- **Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, para audição da Senhora Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, Dra. Paula Franco, sobre as alterações propostas ao estatuto das ordens profissionais;**

O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) começou por apresentar o primeiro requerimento, explicando que a recente proposta de alterações aos Estatutos das Ordens Profissionais vinha gerando intensa contestação por parte da Ordem dos Advogados (OA), que via nesta iniciativa uma potencial ameaça à autonomia e independência da profissão de advogado, desde logo com a criação de um órgão regulador único para todas as profissões e a potencial fragilização do seu poder disciplinar, mas também com a uniformização das quotas anuais pagas pelos membros das diversas Ordens e ainda com a desjudicialização e eventual flexibilização dos atos próprios dos advogados. Perante isto, considerou que era relevante que os representantes da OA, em especial a sua Bastonária, Dra. Fernanda de Almeida Pinheiro, pudessem comunicar as suas preocupações diretamente à Comissão.

Tomou então da palavra a Senhora Deputada Emília Cerqueira (PSD), que salientou que, reunidos em Assembleia Geral, os advogados haviam decidido, de forma inédita, convocar uma greve aos atos urgentes, o que era particularmente significativo já que se tratava de servidores da Justiça a decidir não exercer o âmago da sua profissão. Notou ainda que a contestação não se cingia a esta facto, mas que tocava nos atos reservados dos advogados. Assim, afirmou que o GP do PSD não se opunha ao requerido, desde

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 57/XV/ 1.ª SL

que em articulação com a 1.ª Comissão, que tinha competência nesta matéria, sugerindo assim que pudesse ser aditada essa conexão.

Por seu turno, a Senhora Deputada Joana Sá Pereira (PS) optou por se pronunciar sobre os dois requerimentos, lembrando que a reforma das Ordens Públicas Profissionais (OPP) estava em curso e que decorreria em duas fases: a primeira, já concretizada, de alteração da Lei-Quadro (Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro) e a segunda de revisão dos Estatutos individuais de cada OPP. Quanto a esse primeiro passo, evocou uma especialidade de meses no Grupo de Trabalho – Ordens Profissionais (GT-OP) da CTSSI, com mais de 40 entidades auditadas e com a colaboração e cooperação de todos, garantindo que não seria diferente na segunda fase. Contudo, era mais questionável como dar-lhe início, frisando que um Comunicado do Conselho de Ministros dera conta da alteração do Estatuto de, para já, 8 OPP. Ainda assim, afiançou que esta reforma nunca seria feita sem a participação de todos os interessados, mas outrossim, alvo de reflexão e de exercício de análise, sempre em diálogo com as OPP. Por tudo isto, e tendo em conta que a proposta do Governo ainda não entrara no Parlamento, disse não perceber o que estava em discussão, reiterando que as OPP seriam ouvidas quando se dispusesse de um texto que servisse de base às questões a colocar, ainda que com pontos de vista diferentes, tendo em conta as distintas visões políticas existentes. Deste modo, perguntando porque se haveria de receber por ora apenas estas duas OPP e não as demais, transmitiu que neste momento não poderiam aprovar o requerimento, reiterando a disponibilidade para receber todos os contributos no GT-OP.

Depois de o Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) ter respondido que não tinham de apresentar 19 requerimentos diferentes, um por cada OPP, e que a matéria era demasiado sensível para não ser apreciada de imediato, a Senhora Deputada Emília Cerqueira (PSD) perguntou se se podia dar como apresentado o segundo requerimento, tendo então o Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) procedido a uma explanação sintética, realçando a dimensão e a importância da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) no panorama nacional, e também que sem a participação ativa destes profissionais, dificilmente e em tempo útil, quer o tecido empresarial português, quer as instituições públicas competentes teriam atingido os objetivos propostos pela União



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 57/XV/ 1.ª SL

Europeia e pelo Governo português. Destarte, e perante as declarações da Bastonária da OCC, Dra. Paula Franco, que constatou que a proposta do Executivo “visa permitir que não seja necessária a assinatura do contabilista certificado nas demonstrações financeiras e declarações fiscais das entidades, públicas ou privadas, que possuam ou que devam possuir contabilidade organizada”, o que punha em causa a atividade de milhares de contabilistas e dos seus colaboradores, podendo ainda comprometer a seriedade e a fiabilidade de todas as demonstrações financeiras e declarações fiscais, considerou que, tal como no requerimento anterior, se justificava a sua audição urgente na CTSSI.

Por conseguinte, e após a Senhora Deputada Joana Sá Pereira (PS) ter dado por reproduzidos os argumentos anteriormente expendidos, a Senhora Deputada Emília Cerqueira (PSD) redarguiu que se tinha ouvido no GT-OP um conjunto de entidades, mas só porque o GP do PSD muito insistira, e que no final ninguém tinha ficado satisfeitos com o resultado legislativo alcançado, tendo as alterações à Lei-Quadro mantido ou até piorado a situação vigente.

Por sua vez, a Senhora Deputada Joana Sá Pereira (PS) contrapôs que não se devia reescrever a História, deixando a garantia de que não seria aprovada nenhuma modificação aos Estatutos da OPP sem ouvir cada uma das associações e dos profissionais que queiram ser ouvidos.

Pelo GP do PSD, a Senhora Deputada Emília Cerqueira (PSD) sublinhou que o GP do PS ouvira mas não escutara as entidades recebidas no GT-OP, enquanto o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) ressaltou que importava esclarecer se o Governo teria concedido um prazo de 48 horas às OPP para que estas se pronunciassem sobre o esboço da proposta de lei a apresentar na Assembleia da República, considerando esse prazo flagrantemente insuficiente e perguntando se o GP do PS concordava com o mesmo.

Finda a discussão, os dois requerimentos do GP do CH foram rejeitados com os votos contra do PS e os votos a favor do PSD, do CH e do BE.

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 57/XV/ 1.ª SL

- Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audição, com carácter de urgência, da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre «a precariedade e baixos salários das amas que asseguram o serviço de creche familiar nas IPSS»;

Foi concedida a palavra à Senhora Deputada Isabel Pires (BE), que realçou a importância de ouvir a Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) sobre esta temática, mas dado a mesma já ter sido abordada na audição regimental de há duas semanas, visto que o acordo de dezembro de 2022 não estava a ser cumprido, continuando estas trabalhadoras sem ver traduzido no seu dia-a-dia a adenda convencionada. Ademais, notou que a CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, afirmava que a tutela não fizera bem as contas e que o impasse era óbvio, ficando o serviço de creche familiar comprometido em muitos concelhos e estando as trabalhadoras francamente prejudicadas por esta situação. Sendo a responsabilidade da Senhora Ministra, era fundamental ouvi-la sobre o assunto.

Por seu turno, o Senhor Deputado Gilberto Anjos (PS) afirmou que acompanhavam as preocupações e que esperavam vê-las concretizadas em medidas concretas, acrescentando que, de acordo com a adenda, as entidades deveriam auferir uma participação direta. Assim, apontando para a necessária valorização dos profissionais do setor social e solidário, e atentando a que a situação mais comum, na prática, eram amas com 4 crianças, referiu-se à contratação de profissionais sem termo e também que não se vislumbrava motivo para não estar a ser pago o apoio devido, aventando ainda relatos e denúncias de algumas instituições que não cumpriam, apesar de receberem a majoração. Ainda assim, alegou que não cabia ao MTSSS esclarecer, pelo que votariam contra o requerido.

Já o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) replicou que o GP do PSD acompanhava e votava a favor do requerimento, dando ainda nota que a majoração tinha uma parcela variável e que, em termos reais, um aumento de 5% representava uma perda face à inflação, a que acresciam os custos de contexto do setor social, donde não era sério falar em aumento sem referir a inflação, aditando que o tema merecia um tratamento responsável do Parlamento.

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 57/XV/ 1.ª SL

Por fim, a Senhora Deputada Isabel Pires (BE) lamentou que esta grave situação continuasse sem resposta da tutela e que estas trabalhadoras se mantivessem com condições desfavoráveis perante outros trabalhadores. Posto isto, enfatizou que a intervenção do GP do PS dava um retrato da realidade que não se refletia na situação da maioria das amas da Segurança Social e também que, decorridos 1 a 2 anos sobre a celebração do acordo, as amas continuavam em situação precária.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PS e os votos a favor do PSD e do BE.

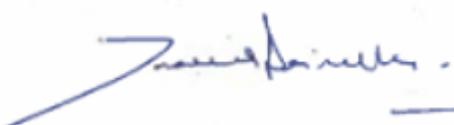
5. Outros assuntos.

No derradeiro ponto da reunião, a Senhora Presidente enalteceu o sucesso da deslocação, na semana anterior, de uma delegação da Comissão à Região Autónoma dos Açores (RAA), deixando um agradecimento especial ao Senhor Deputado Francisco César (PS) pelo precioso contributo na organização da iniciativa e assinalando o significado dos temas da segurança social e da inclusão nas ilhas visitadas (São Miguel, Terceira e Faial), considerando que todas estavam muito bem cobertas pelas instituições visitadas, e fazendo votos de que essa abrangência também fosse possível no continente.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:22 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 de junho de 2023.

A PRESIDENTE



(ISABEL MEIRELLES)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 57/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Cristina Mendes da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Marta Freitas (PS)
Paula Reis (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Emília Cerqueira (PSD)
Hugo Maravilha (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Isabel Pires (BE)
Joana Sá Pereira (PS)
Lina Lopes (PSD)
Sónia Ramos (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando José (PS)
Sérgio Monte (PS)
Helga Correia (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Carla Castro (IL)
Manuel Loff (PCP)